

Falta de dados dificulta análise da prática de mutilação genital na União Europeia

Agência Lusa, 12.04.2012



A falta de estatísticas sobre a mutilação genital feminina e a ausência de ações concertadas entre os estados-membros têm dificultado a análise da prática no contexto da União Europeia, reconhece o Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, na sigla em inglês), que está em funcionamento desde 2007, mas de forma contínua há apenas dois anos, e tem sede em Vilnius (Lituânia), está a desenvolver um estudo sobre a prevalência e as características da mutilação genital feminina (MGF) na União Europeia (UE).

A MGF é uma prática corrente em cerca de 30 países africanos, que afeta sobretudo meninas entre os cinco e os dez anos de idade. Entre os países listados está um de língua oficial portuguesa, a Guiné-Bissau, com uma taxa de quase 50 por cento.

Estima-se que a prática já tenha afetado 130 milhões de mulheres no mundo e que ponha em risco três milhões de meninas anualmente. Nenhuma das três religiões monoteístas valida a prática, que, aliás, lhes é anterior no tempo.

As primeiras conclusões do estudo do EIGE -- que foi pedido por Viviane Reding, vice-presidente da Comissão Europeia e comissária para a Justiça, os Direitos Fundamentais e a Cidadania, e cuja versão final só será conhecida no final do ano -- foram apresentadas a jornalistas de vários estados-membros da UE numa reunião realizada esta semana em Copenhaga, capital da Dinamarca, que assegura atualmente a presidência dos "27".

Jurgita Peciuriene, perita do EIGE, explicou que o estudo -- em curso desde dezembro e que prosseguirá até novembro nos estados-membros e na Croácia -- pretende descrever a atual situação da MGF no contexto europeu, analisando os dados disponíveis, as políticas e os contextos legais e as organizações e os indivíduos que têm trabalhado sobre o tema, e apontando boas práticas.

A perita da agência europeia reconheceu que "as comparações entre os estados-membros são impossíveis, já que os estudos de prevalência não podem ser comparados, dadas as diferenças metodológicas".

Os dados oficiais são "fragmentados" e "por vezes inexistentes" (sobretudo em países da Europa Central e de Leste), com a informação a variar "consideravelmente", apontou Jurgita Peciuriene.

"A UE começou a desenvolver políticas sobre a MGF bastante tarde, mas registou-se um aumento a partir de 2005", recordou. Porém, só 11 países da UE têm estudos sobre a prevalência da MGF, sendo que Portugal não consta da lista.

Por outro lado, o EIGE identificou em Portugal 25 organismos governamentais e públicos, universidades e organizações da sociedade civil a trabalharem sobre o tema, o que coloca o país no grupo dos com mais atores.

O EIGE assinala ainda que nenhum estado-membro tem provisões para a proteção de crianças específicas para os casos de MGF. Também nenhum dispõe de regras de asilo específicas (aliás, apenas a Hungria se refere à MGF na sua lei de asilo geral). E não há sistemas de registo, sejam eles hospitalares ou policiais, sobre a prevalência da prática em nenhum país da UE.